

# Teresa Almeida Garrett :

## Uma Convenção de portas abertas



A Deputada Teresa Almeida Garrett é um dos membros do Parlamento Europeu na *Convenção sobre o Futuro da Europa*.

Esta *Convenção* reúne Deputados nacionais e europeus, representantes dos governos dos Estados-Membros (incluindo Delegações dos Países candidatos ao alargamento) e da Comissão Europeia com o objectivo de debater os problemas colocados pelo futuro desenvolvimento da União, sugerindo medidas a adoptar na próxima Conferência Intergovernamental.

texto na pág. 6

### Um aborto europeu ?

Na Comissão das Mulheres, assistimos a uma manipulação do Parlamento Europeu para efeitos de política interna.

Uma Deputada socialista belga apresentou um "Relatório de Iniciativa" sobre o aborto.

**Não se trata de um documento legislativo.** Não resulta da iniciativa da Comissão Europeia. **Não visa o interesse comunitário.** Não respeita as competências da UE. Trata-se tão só de um documento de intenções que, quando aprovado, não vincula nenhuma instituição europeia ou nacional. Não podia deixar de ser assim. Trata-se de **matéria da exclusiva responsabilidade dos Estados-Membros** e onde é bem patente a diferença de culturas e de quadros jurídicos.

A Deputada **Regina Bastos** esteve bem quando denunciou a violação do princípio de subsidiariedade segundo o qual a UE se deve abster de intervir nas áreas que são competência dos Estados-Membros.

Como esteve bem quando recordou à Deputada belga e **também a algumas portuguesas** que há países, como Portugal, que regularam esta matéria exprimindo-se democrática e soberanamente através de referendo.

O Relatório que assim denunciámos faz tábua rasa da vontade dos portugueses. Razão para, uma vez mais, defendermos **uma Europa que respeite a vontade dos cidadãos.**

Carlos Miguel Coelho

### Turismo e Regiões ultraperiféricas

Intervenção de Sérgio Marques 

---

 pág. 2

### Uma má Reforma da Política de Pescas

Arlindo Cunha critica Comissão Europeia 

---

 pág. 3

### Reforçar e controlar a EUROPOL

Intervenção de Carlos Coelho 

---

 pág. 5

### Liderar o Desenvolvimento Sustentável

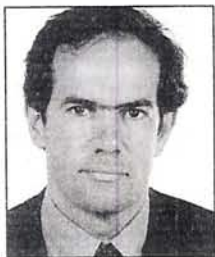
Intervenção de Jorge Moreira da Silva 

---

 pág. 7



# O turismo é importante para as Regiões ultraperiféricas



O Deputado Sérgio Marques afirmou que “o sector do turismo representa, na União Europeia, cerca de dois milhões de empresas, essencialmente PME's, contribuindo com cerca de 5% para o PIB e emprego.

Este sector constitui, assim, um instrumento importante para alcançar o objectivo da Cimeira de Lisboa de transformar a Europa numa região de pleno emprego, com uma economia dinâmica e competitiva, em especial no que se refere às regiões com atrasos de desenvolvimento, nomeadamente, as regiões ultraperiféricas”.

Usando da palavra, num debate no Plenário do Parlamento Europeu, sobre o futuro do turismo europeu, Sérgio Marques, enquanto deputado eleito por uma região ultraperiférica, a Região Autónoma da Madeira, centrou a sua intervenção em três pontos que dizem directamente respeito às regiões ultraperiféricas.

Em primeiro lugar, Sérgio Marques sublinhou “a importância do turismo enquanto impulsionador da actividade económica das Regiões Ultraperiféricas, constituindo um meio de combate aos atrasos de desenvolvimento. Este sector representa, nestas regiões, a primeira actividade em termos de riqueza gerada contribuindo, em larga medida, para o desenvolvimento das mesmas e o conseqüente esforço de aproximação às regiões mais desenvolvidas da U.E.. É pois essencial a valorização do papel do turismo e do potencial de desenvolvimento económico que este representa.

É crucial, advertiu, não esquecer que estas regiões não podem ficar monodependentes do turismo, actividade cuja vulnerabilidade é de todos sabida.

Importa, por isso, apoiar o esforço de diversificação económica, fazendo uso das possibilidades previstas no artigo 299 n.º 2 do Tratado da UE.

Por outro lado, convém sublinhar que o sector se caracteriza por ser de utilização de mão-de-obra, a qual se quer cada vez mais qualificada, sendo pois essencial um esforço na formação profissional como meio de melhorar a qualidade dos serviços prestados, a qual pode e deve passar pela utilização das possibilidades oferecidas pelo Fundo Social Europeu”.

Em segundo lugar, o Deputado madeirense sublinhou “a necessidade do desenvolvimento de infra-estruturas de transporte eficientes e sustentáveis tendo em vista um mais fácil acesso a regiões afastadas, como sejam as regiões insulares.

O aumento dos fluxos turísticos e o conseqüente desenvolvimento do sector dependem de medidas de facilitação da acessibilidade, as quais, aliadas a uma correcta política de promoção e valorização dos recursos ambientais, históricos e culturais, podem constituir um instrumento de crucial importância no desenvolvimento dessas regiões”.

Em terceiro lugar, Sérgio Marques realçou “a especial sensibilidade e riqueza ambiental de territórios como as Regiões Ultraperiféricas, a qual, se por um lado é factor determinante de atracção turística, exige, por outro lado, um turismo sustentável.

A não ser assim, será o próprio desenvolvimento económico e turístico destas regiões que a médio prazo ficará irremediavelmente comprometido”.

Sérgio Marques enfatizou ainda “o potencial de desenvolvimento económico que o turismo pode representar, devendo fazer parte de um projecto de desenvolvimento integrado, com a participação activa das Instituições europeias, dos Estados Membros, das Regiões e de todos os sectores intervenientes”.

## Pesca: Arlindo Cunha critica Comissão Europeia

O Deputado Arlindo Cunha, criticou, em Bruxelas, as propostas da Comissão Europeia sobre o futuro da Política Comum de Pescas, afirmando que *“é errado querer fazer uma reforma à pressa porque será sempre má. O argumento da sustentabilidade dos recursos é muito sério, acrescenta Arlindo Cunha, mas ele não pode ser usado para fazer as coisas de forma atabalhoada e subvalorizando a dimensão humana e social do problema e um justo equilíbrio entre os Estados-Membros”*.

Arlindo Cunha, intervindo no debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre as propostas da Comissão Europeia, sublinhou que *“também outras questões não foram devidamente ponderadas. Por exemplo, se existe um problema de recursos pesqueiros porquê continuar a permitir que se continue a pescar para fabrico de farinhas de peixe? E porque é que não se previram medidas específicas para as regiões ultraperiféricas, onde as alternativas económicas escasseiam e a pesca tem uma importância relativa ainda maior?”*

Para Arlindo Cunha, a Comissão Europeia, *“alarmada com a escassez dos recursos pesqueiros nas águas comunitárias, apresenta agora um conjunto de propostas de reforma da Política Comum de Pescas*

*(PCP) para vigorar após 2003, cujo único objectivo é reduzir o esforço de pesca na UE em cerca de 40%, assumindo um aumento de desemprego directo no sector de cerca de 28.000 pessoas, o abate de 8.600 barcos, ou seja, respectivamente 11% e 8,5% dos respectivos valores actuais.*



*Para isso as medidas propostas prevêem: i) o fim dos apoios comunitários ao financiamento de novos navios; ii) o fim dos apoios à modernização de navios já existentes, excepto para melhoria da segurança a bordo, mas de que não poderá resultar em caso algum aumento de capacidade; iii) aumento dos prémios para abate de navios; iv) fim dos apoios à constituição de sociedades mistas para pescar fora das águas comunitárias; v) co-financiamento de programas nacionais destinados aos pescadores que cessem actividade quer através de compensações financeiras, reformas antecipadas e de assistência social, quer através de apoios à criação de actividades que garantam empregos alternativos”*.

Arlindo Cunha recordou que representa um País *“onde a pesca e o mar se confundem com a sua História e que ainda representa perto de 50.000 empregos em toda a fileira do sector pesqueiro”*.

### Críticas de Arlindo Cunha às propostas da Comissão

*A primeira é que não têm em consideração a diversidade de composição da frota comunitária. Há países onde a frota é maioritariamente composta por grandes barcos especializados na pesca industrial e outros onde a maioria esmagadora é constituída por pequenos barcos.*

*Em Portugal, 90% das cerca de 10 000 embarcações existentes têm menos de 12 metros e dedicam-se à pequena pesca costeira. Como cerca de 40% destas pequenas embarcações têm mais de 25 anos, a maioria esmagadora dos pescadores portugueses ficariam definitivamente sem qualquer capacidade de se modernizar e de viabilizar a sua actividade, não obstante o facto de pescarem maioritariamente espécies onde não há risco de colapso na exploração dos stocks.*

*A segunda crítica é que a proibição de apoios à constituição de sociedades mistas para pescas fora das águas da UE apenas serve para aumentarmos as importações de países terceiros. Os nossos armadores e pescadores ficam sem possibilidade de abastecer o nosso mercado com o seu*

*pescado, mas outras potências mundiais continuam a pescar nessas águas internacionais ou de países terceiros sem as nossas restrições ou mesmo sem qualquer tipo de regras.*

*Por fim, há uma questão de fundo que envenena todas estas propostas e que tem a ver com a forma como os diferentes Estados Membros (EM) cumpriram as metas de redução da capacidade das frotas fixadas nos Planos de Orientação Plurianual das Pescas (POP). Houve países que cumpriram escrupulosamente essas metas e alguns dos quais, como é o caso de Portugal, que até excederam em 30% essas metas. Outros não só não cumpriram, como até aumentaram a capacidade da sua frota. Outros nem sequer se deram ao trabalho de enviar dados estatísticos à Comissão Europeia sobre o que fizeram. Devo, aliás, lembrar que desde que entrou na UE, em 1986, a frota portuguesa foi reduzida em 45% e o total de capturas em 55%. Não é, assim, justo pedir-nos mais sacrifícios, quando confrontados com frotas de outros Estados Membros que até se reforçaram.*

# Regina Bastos contra Relatório sobre o Aborto



A Deputada Regina Bastos votou contra um relatório aprovado na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades do Parlamento Europeu, sobre "direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva".

Em declarações, no final da votação, a Deputada social democrata, membro efectivo desta Comissão, afirmou que "o relatório ignora o princípio da subsidiariedade segundo o qual a União Europeia se deve abster de intervir no que é competência dos Estados-Membros" e que se trata de um "relatório ditado por razões de política interna".

Regina Bastos fez questão de sublinhar que "este relatório não é um texto legislativo. Com efeito, acrescentou, trata-se de um 'relatório de iniciativa' e não de uma proposta da Comissão Europeia.

O que quer dizer que a Deputada belga do Partido Socialista Europeu autora do relatório decidiu, de acordo com a sua própria agenda política, apresentar este tema para elaboração do dito relatório. É uma iniciativa ditada por razões da sua política interna e sem relevância legislativa". Regina Bastos criticou ainda o facto de a relatora recomendar, nomeadamente, "que a interrupção voluntária da gravidez seja legal, segura e universalmente acessível".

Para Regina Bastos, "o relatório ignora o princípio da subsidiariedade segundo o qual a União Europeia se deve abster de intervir no que é competência dos Estados-Membros, sendo manifesto e notório que versa sobre matérias da exclusiva competência de cada um dos Estados-Membros, como são as políticas de saúde e de justiça, que escapam claramente à esfera de competência da União Europeia".

Regina Bastos, defendeu que, "para além de constituir uma clara ingerência, o relatório ignora, deliberada e ostensivamente, a vontade popular expressa de forma livre e democrática nos referendos sobre a despenalização do aborto, realizados em alguns Estados-Membros, como por exemplo Portugal".

A Deputada do PSD foi autora de 30 das 165 propostas de alteração apresentadas ao texto original, que visavam introduzir aperfeiçoamentos e eliminar matérias polémicas. Regina Bastos lamentou que, "na votação tivessem sido rejeitadas as alterações que visavam suprimir, entre outras questões, a liberalização do aborto".

Para a Deputada Regina Bastos não há dúvidas que "o objectivo da aprovação deste relatório, cuja votação em sessão plenária está prevista para o próximo mês de Julho, é o de constituir um meio de pressão no sentido de trazer de novo para a agenda política dos Estados-Membros, nomeadamente de Portugal, a discussão sobre o aborto".

## Moreira da Silva sobre clonagem terapêutica

O Deputado Jorge Moreira da Silva defendeu que "a clonagem terapêutica, que abre novas oportunidades de cura de determinadas doenças, pressupõe a destruição de embriões e, embora seja mais explorada (e por isso mais acessível) do que outras, não é a única e, seguramente, não é a ideal.

Por isso, acrescentou, no plano jurídico, defendi (por altura da votação das Conclusões dos Trabalhos da

Comissão Temporária para a Genética Humana), por um lado, a proibição, a nível europeu, da criação de embriões humanos por clonagem (para fins terapêuticos como para fins reprodutivos), mas, por outro, dada a potencialidade da investigação neste campo, defendi a admissibilidade de três excepções:

- embriões supranumerários criados para efeitos de fertilização in vitro mas cuja implantação, nos pais genéticos, deixou de ser possível e por isso se encontram congelados, destinando-se à destruição;
- as 64 linhas celulares já existentes;
- as células estaminais embrionárias ou fetais resultantes de abortos espontâneos ou terapêuticos".

## Plano transatlântico do PPE-DE ganha apoio do Parlamento

Por Alex Benjamin

O Parlamento Europeu decidiu aprovar o pedido do vice-presidente do PPE-DE, James Elles (UK), para uma Nova Agenda Transatlântica esta semana.

James Elles, que abriu o debate no Parlamento com a presença de Ramon de Miguel, em nome do Conselho, e do Comissário Chris Patten, enfatizou o seu apoio a longo prazo à Parceria Transatlântica e às relações da UE com os EUA. Contudo, pensa que há motivos para preocupação. Fazendo referência a uma longa lista de preocupações dos deputados, que inclui a política externa dos EUA, o conflito sobre o aço, subsídios agrícolas e o Protocolo de Quioto - a mensagem central do plenário é de que os EUA devem deixar de agir

unilateralmente e devem consultar mais os seus parceiros europeus - Elles afirmou que as atitudes dos EUA não envolvem o mesmo tipo de partilha da soberania existente na Europa. Uma solução para este problema, sugeriu o deputado, seria a actualização da OTAN e a criação de uma Nova Agenda Transatlântica baseada no reconhecimento mútuo. Começando pela OTAN, o deputado afirmou que esta deveria continuar a ser o « pilar da estabilidade », mas, ao mesmo tempo, responder a novos desafios, como a abertura de contratos de

defesa, acordando numa nova definição de segurança e levando a cabo, no quadro da parceria UE/OTAN, relações não-militares mais estreitas. Pondo de parte a OTAN, James Elles acrescentou que, para a existência de um relação mais estreita, será necessário que os EUA intensifiquem o diálogo económico e que se empenhem num maior envolvimento intraparlamentar com a UE. A sua análise atingiu claramente o objectivo, tendo o plenário aprovado o seu plano transatlântico com 376 votos a favor e 74 contra.

## A União e os Estados-Membros

### redefinem papéis

O Parlamento Europeu aprovou esta semana um relatório sobre a repartição de competências entre a UE e os Estados-Membros. Será apresentado ao praesidium e aos membros da Convenção na quarta e quinta-feira próximas (22 e 23 de Maio).

Tendo usado da palavra após a votação, Alain Lamassoure afirmou que « pela primeira vez, desde o Tratado de Roma, tem lugar a apresentação de uma proposta concreta, que redefine os papéis entre a União Europeia e os seus Estados-Membros ». Defendendo uma nova redacção dos Tratados, com o objectivo de os simplificar e clarificar, de modo a todos os cidadãos poderem compreendê-los, Lamassoure procura uma distinção clara entre três categorias de competências: as dos Estados-Membros, as da União e as competências partilhadas. O deputado convidou os Estados-Membros a familiarizarem as suas várias regiões com o trabalho e, essencialmente, com o funcionamento da União



Europeia. «É um tema de extrema importância e graças a uma boa coordenação do calendário parlamentar, a Convenção irá reunir-se na próxima semana e receber o relatório. Este relatório será, por conseguinte, o primeiro documento de trabalho sobre o qual os membros da Comissão se irão debruçar» concluiu Alain Lamassoure.

Por Anne Vahl

### Neste número

- UE reforça relações com a América Latina .....2
- Europa-Rússia: relações mais estreitas .....2
- Vitória eleitoral do PDC Holandês .....2
- Novos fundos para a investigação .....3
- Projecto do orçamento 2003 .....3
- Segurança nos Aeroportos .....3
- Acesso público aos documentos ..4
- Pacto de Estabilidade: chave do desenvolvimento económico .....4

## A UE tem um papel crucial na paz no Médio Oriente

A União Europeia tem um difícil papel a desempenhar na crise do Médio Oriente, de modo a reforçar o diálogo para a paz entre Palestinos e Israelitas, afirmou Gerardo Galeote, presidente da delegação espanhola do Grupo PPE-DE, no debate em sessão plenária.

«Devemos concentrar-nos nesse aspecto, porque tendemos muitas vezes a subestimar as nossas próprias capacidades; a mediação da UE tem sido crucial. As partes envolvidas no conflito reconhecem que a ajuda da comunidade internacional é vital; temos ainda que consolidar a existência do quarteto, de modo a que isso conduza à convocação de uma conferência internacional, que incluirá, naturalmente, os países árabes.»

Gerardo Galeote acrescentou que, infelizmente, a situação na região ainda se encontra numa fase crítica. Ainda há muitas restrições infligidas à população palestina, a presença militar subsiste e continuam a ter lugar ataques terroristas.

Por Jari Erholm

O Grupo PPE-DE pretende que a União Europeia desempenhe um papel de liderança nas relações com os países da América Latina. Assim, a Segunda Cimeira entre os líderes dos países das duas regiões, que terá lugar em Madrid, é uma oportunidade única para apresentar o estabelecimento de um Acordo de Associação Global para regular as relações políticas, sociais, culturais e económicas entre as duas regiões.

Este foi o pedido principal expresso pelo vice-presidente do Grupo, José Ignacio Salafranca (E), durante o debate em sessão plenária sobre os objectivos desta cimeira. A União tem uma situação privilegiada em comparação com os EUA, porque partilha inúmeras raízes históricas, políticas e culturais, assim como os laços estabelecidos em 1999, durante a Primeira Cimeira UE-América Latina celebrada no Rio. Enquanto que os EUA estão sobretudo preocupados com a criação de uma zona de

## UE reforça relações com a América Latina

Por Pedro López



Reunião UE-América Latina em Madrid, 16-18 de Maio 2002

comércio livre em 2005, a UE «pode e deve juntar algo mais» sem negligenciar o potencial económico, como demonstrado nos acordos já concluídos com o México e o Chile e nas negociações com os países do Mercosul. Alguns dos desafios são a modernização dos

sistemas educativos, a promoção de políticas de desenvolvimento sociais e sustentáveis e a luta contra o terrorismo, o tráfico de droga e a corrupção. A Cimeira de Madrid representa uma oportunidade concreta para «traduzir as palavras em actos».

## Vitória eleitoral do PDC Holandês

Hans-Gert Poettering, presidente do Grupo PPE-DE no Parlamento Europeu felicitou Jan Peter Balkenende, líder do Partido Democrata-Cristão holandês pela sua enorme vitória eleitoral nas eleições parlamentares nos Países Baixos.

Este resultado reforça o PPE nas suas convicções políticas de uma Europa baseada na democracia, liberdade e solidariedade. Os cidadãos europeus expressaram mais uma vez o seu descontentamento com os governos chefiados por socialistas e social-democratas nos Estados-Membros da União. Partidos membros do Grupo PPE chefiam agora o governo, ou integram o governo, em oito Estados-Membros: nos Países Baixos, na Dinamarca, na Finlândia, na Itália, no Luxemburgo, na Áustria, em Portugal e em Espanha.

O Partido Democrata-Cristão holandês conquistou 43 dos 150 lugares do Parlamento nacional, contra os 29 lugares que tinha atingido após as anteriores eleições.

## Europa-Rússia: relações mais estreitas

Na sua resolução comum sobre a Cimeira EU-Rússia (28 de Maio de 2002), o Parlamento Europeu congratulou-se com o aprofundamento da parceria estratégica com a Rússia e expressou a sua determinação em tirar partido do ritmo criado, de modo a intensificar as relações entre a UE e a Federação Russa.

A determinação em implementar o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), bem como as estratégias respectivas para contribuir para a segurança e estabilidade na Europa são do maior interesse para os dois parceiros. A criação de um Espaço Económico Europeu Comum requer de ambas as partes uma utilização mais efectiva dos processos de conciliação

da APC, de modo a acelerar o desmantelamento das barreiras às trocas comerciais e ao investimento. O Parlamento também expressou o seu apoio contínuo à adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio.

Por outro lado, o Parlamento Europeu lamenta a deterioração crescente da situação observada na Rússia no que respeita ao meio ambiente, a inexistência de um ministério do ambiente no novo governo e a aprovação de leis que não são favoráveis ao ambiente, como seja a importação de combustível nuclear usado. Assim, a Rússia deveria ratificar imediatamente o Protocolo de Quioto, dando início a todas as medidas necessárias para a sua implementação. O Conselho

Por Rupert Krietemeyer

e a Comissão devem manter a questão da Chechénia como um importante ponto separado na agenda e reiterar mais uma vez às autoridades russas o pedido de reatar as negociações com todas as partes interessadas. De maneira a reverter a situação especial do encla-

ve de Kaliningrad, foi solicitado ao Conselho que procure chegar a um entendimento comum e pragmático com a Rússia, sobre todos os assuntos de interesse comum, incluindo a energia, o desenvolvimento económico, a criminalidade, os transportes e a pesca.



# Novos fundos para a



A adopção do 6. Programa-Quadro de investigação foi um enorme êxito para o Parlamento Europeu e para Wim van Velzen (NL), relator fictício do Grupo PPE-DE. Aquando da primeira leitura do orçamento, o Conselho aprovou a quantia total de 16.270 milhões de euros como decidido pelo Parlamento.

No que diz respeito à estrutura do programa, a posição comum mantém os vários componentes do programa proposto pela Comissão, incluindo a concentração em sete áreas temáticas prioritárias e os elementos flexíveis do programa, sobre «a antecipação

das necessidades científicas e tecnológicas da UE». A posição comum do Conselho reflectia já, em larga medida, a posição do Parlamento Europeu, tendo este, no entanto, e especialmente o Grupo PPE-DE, proposto algumas alterações e uma repartição orçamental diferente. O resultado de várias discussões entre o PE, o Conselho e a Comissão ilustra que as posições das diferentes instituições não apresentavam grandes disparidades e o Conselho esteve pronto a aceitar a ideia das alterações em muitos dos casos ou a transferir o conteúdo das mesmas para o programa específico.

É a primeira vez que o Programa-Quadro de Investigação pode ser

## Investi- gação

Por Mario Schwetz

aprovado sem conciliação. O compromisso alcançado constitui um enorme êxito para o Grupo PPE-DE e para o relator fictício Wim van Velzen porque a maioria das alterações foi aprovada.

O PPE-DE conseguiu aumentar o orçamento da Saúde, dando maior atenção a grandes flagelos, em particular ao cancro. Graças ao PPE-DE, grandes flagelos, e em especial o cancro, obtiveram um maior volume de fundos para a investigação, o que ajudará os cidadãos europeus. O Parlamento solicitou e obteve um aumento do orçamento destinado ao programa GEANT sobre o tema prioritário da sociedade da informação, o da «ciência e sociedade» e a actividades internacionais de cooperação, conferindo particular importância a intercâmbios de investigação.



Jacqueline Foster MEP

## Segurança nos aeroportos

O Parlamento Europeu aprovou esta semana novas medidas severas de segurança nos aeroportos. As medidas preparam o caminho para a revisão de actuais práticas de segurança em toda a UE. Crucial para aeroportos que tentam recuperar dos efeitos do 11 de Setembro e da quebra do número de passageiros, o relatório contém alterações que obrigam os Estados-Membros a participar numa proporção dos custos adicionais de segurança após o 11 de Setembro. Estas medidas receberam o apoio esmagador dos deputados.

«O terrorismo adquiriu uma nova dimensão,» afirmou Jacqueline Foster. «É um mito acreditar que deve haver medidas de segurança inferiores para o pessoal que trabalha em áreas restritas dos aeroportos do que para passageiros.» As novas medidas irão, sob reserva da aprovação da Comissão, entrar em vigor a 31 de Dezembro de 2003, dando tempo aos aeroportos e à indústria aeronáutica para se prepararem.

Alex Benjamin

## Projecto de orçamento 2003

Na terça-feira, 14 de Maio, a Comissão apresentou ao Plenário o seu anteprojecto de orçamento.

Por Philipp M. Schulmeister

Embora a intenção básica da Comissão, que consiste em assegurar que o alargamento decorra tão suavemente quanto possível, seja partilhada pelo Grupo PPE-DE, nem todas as ideias para o orçamento dos próximos anos foram acolhidas tão suavemente.

O Grupo PPE-DE continuará o seu trabalho construtivo e eficaz de assegurar um orçamento que seja efectivo, transparente e estreitamente ligado a outras reformas administrativas. Como a prioridade máxima



Procurar valorizar o dinheiro: PPE-DE prepara o Orçamento de 2003

para o Parlamento é a preparação do alargamento, o relator sombra do PPE-DE, Markus Ferber (D), assegurará os preparativos administrativos necessários para o alargamento e o financiamento desta despesa antes que o alargamento tenha lugar. O deputado anseia também por ver as reformas administrativas da Comissão postas em prática o mais rapidamente possível.

# Acesso público aos documentos

Por Eduard Sloomweg

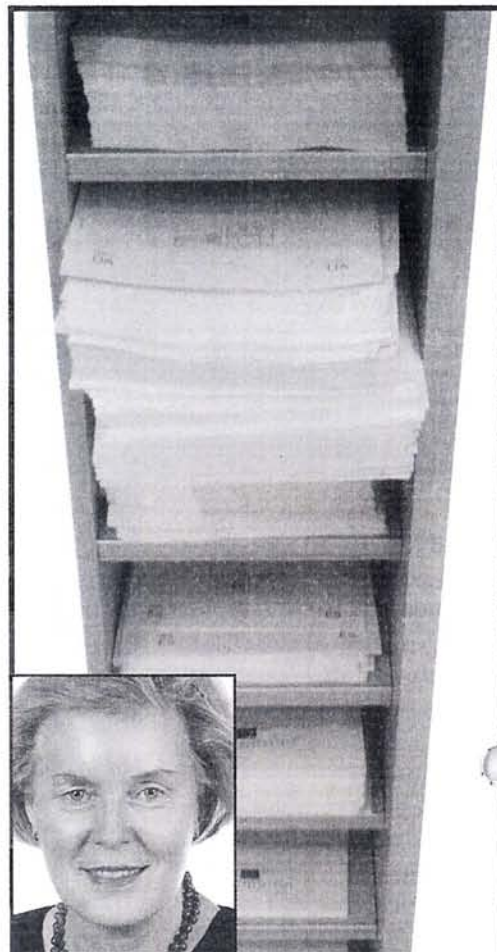
O Parlamento Europeu aprovou, por uma larga maioria, a nova regulamentação relativa ao acesso aos documentos. A partir de 3 de Junho, o Parlamento, o Conselho e a Comissão serão obrigados a aplicar a nova regulamentação.

O Parlamento Europeu estabeleceu uma lista de «categorias de documentos que se encontram directamente acessíveis». As categorias incluem a lista de presenças dos deputados e a lista dos seus assistentes. O Parlamento disporá de um registo electrónico dos documentos e de documentos relativos à legislação, de acesso generalizado. Será muito fácil ter acesso a documentos parlamentares através deste registo.

Segundo a relatora Hanja Maij-Weggen (NL), o Parlamento cumpriu todas as suas obrigações na

implementação do regulamento mediante a votação. Hanja Maij-Weggen afirmou que: «A Comissão e o Conselho de Ministros têm ainda que satisfazer todos os requisitos pormenorizados constantes do regulamento, especialmente no que diz respeito a documentos de terceiros, por outras palavras, organizações externas nos Estados-Membros». Hanja Maij-Weggen considera também que ainda há algumas falhas a serem colmatadas, como sejam os negócios estrangeiros e a política de defesa. «Temos ainda que encontrar um meio de lidar com documentos confidenciais e secretos, afirmou a relatora, aspecto esse que tem que ser resolvido».

No que diz respeito a terceiros, a publicação de documentos é ainda um grande problema, porque a Comissão e o Conselho são mais restritivos do que se esperava. Estados-Membros que não tenham uma legislação e abertura apropriadas devem encontrar soluções práticas. Temos que encontrar meios de lidar com as reservas apresentadas pelos Estados-Membros. Não se pode admitir que a abertura se aplique em graus diferentes consoante os Estados-Membros. Considero que a falta de transparência e de abertura em países individuais pode comprometer a aplicação efectiva do regulamento. Espero que a Comissão apresente orientações que permitam obrigar os Estados-Membros a introduzir o grau de abertura requerido».



Hanja Maij-Weggen: tornar público os documentos do UE

# Pacto de Estabilidade : chave do desenvolvimento económico

O Parlamento Europeu reafirmou o seu empenho no Pacto de Estabilidade e Crescimento ao aprovar o relatório do Deputado Ioannis Marinou (GR) sobre a avaliação anual da aplicação

dos programas de estabilidade e convergência por 380 votos a favor, 95 contra e 50 abstenções.

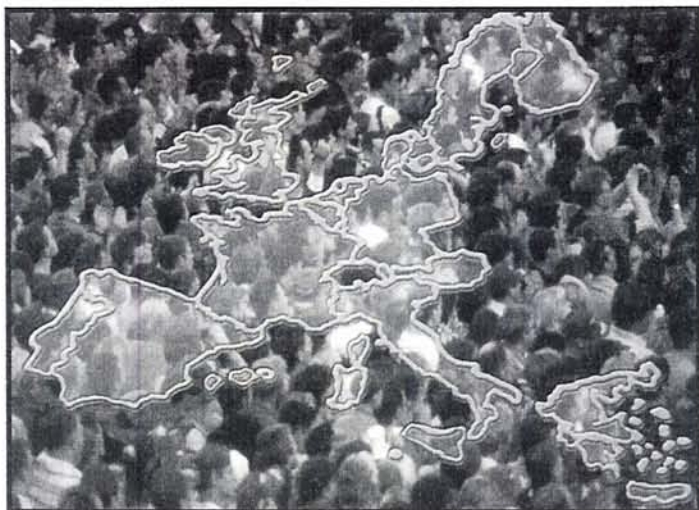
Durante o debate, o relator e os mem-

bros do Grupo PPE-DE expressaram a sua preocupação relativamente à decisão do Conselho de não respeitar as disposições do Pacto nos casos da Alemanha e de Portugal e o perigo que isso pode representar para a credibilidade do Pacto, a que acresce o facto de as regras poderem ser aplicadas injustamente.

De outro modo, os deputados querem ver progressos na economia baseados na estabilidade monetária e económica, propondo a Comissão equilíbrios orçamentais ajustados ciclicamente e não recorrendo aos Estados-Membros a medidas especiais concebidas para reduzir artificialmente défices orçamentais ou distorcer a situação financeira real. Há também apoio para um investimento público e privado acrescido e para a redução da carga fiscal nos Estados com

grandes despesas, desde que tal não ameace os benefícios em termos de saúde e de bem-estar.

Yannis Zografos



O respeito do pacto de estabilidade interessa a todos os cidadãos

“relato ppe-de”  
é uma publicação do  
Serviço de Imprensa  
do PPE-DE

**Chefe de Serviço :**

Robert Fitzhenry

**Editor:**

Yannis Zografos

**Composição:**

Philipp Schulmeister

**Fotografias:**

Taina Airinen (PPE-DE), PE, CE

Grupo PPE-DE, Parlamento Europeu  
47-53 rue Wierz, B-1047 Bruxelas



# EUROPOL: novas competências e melhor controlo

O Deputado Carlos Coelho afirmou, em Bruxelas, que o Parlamento Europeu deve *"contribuir para transformar a Europol numa organização mais eficaz na luta contra o crime organizado"*.

Para Carlos Coelho, *"o Parlamento Europeu tem sido coerente ao aprovar várias iniciativas no sentido de alargar o mandato da Europol. Para além do tráfico de drogas, do tráfico ilícito de matérias radioactivas e nucleares, das redes de imigração clandestina e do tráfico ilegal de veículos, vimos atribuindo à Europol competências ao nível do tráfico de seres humanos, do terrorismo, do branqueamento de capitais, da falsificação de moeda e de meios de pagamento, bem como de todas as formas graves de criminalidade internacional"*.

Num debate em Plenário sobre Segurança, Carlos Coelho afirmou que *"a iniciativa que hoje aqui discutimos pretende ir mais além; pretende alterar a própria Convenção (que na sua versão actual limita as funções da Europol à recolha, análise e troca de dados); viabilizando um novo dinamismo que deverá ser conferido ao desenvolvimento da Europol, que passará a ter tarefas operacionais (poderá participar em acções operacionais de equipas de investigação conjuntas).*

*Aplaudimos a introdução de competências operacionais na Europol - o que decorre do próprio Tratado de Amesterdão - mas sublinhamos a necessidade disso ser acompanhado por medidas que garantam quer o controlo democrático, quer o controlo jurisdicional. O procedimento adoptado para a modificação da Convenção tem, porém, estrita natureza intergovernamental"*.

Carlos Coelho apoiou a retirada desta iniciativa *"para que seja apresentada uma nova proposta para a substituição da convenção por uma decisão do Conselho, com base no artº 34, o que permitirá integrar a Europol no 3º pilar e, deste modo, no sistema institucional da União Europeia, de acordo com o que tem vindo a ser reiteradamente solicitado pelo Parlamento Europeu.*

*Só desta forma poderemos dar resposta à falta de controlo democrático, dando ao Parlamento Europeu os meios jurídicos e o quadro institucional*

*necessários, ao mesmo tempo que permitirá pôr fim ao papel marginal que o Parlamento Europeu tem tido em tudo o que se refere à Europol"*.



Para Carlos Coelho, *"nestas áreas do Espaço de Liberdade, de Segurança e Justiça, o que queremos são passos concretos. Reflectidos, mas firmes. Rejeitamos as iniciativas que pretendem alimentar a imagem de que algo se faz, mas sem conteúdo concreto. É por essa razão que apoiamos o relatório Sousa Pinto que propõe que se rejeite a iniciativa espanhola para a criação de um Instituto Europeu de Estudos de Polícia, que no fundo levará a uma sobreposição em relação às estruturas já existentes, em especial a Academia Europeia de Polícia, daí a proposta do relator para uma integração deste Instituto na rede da Academia Europeia de Polícia o que permitirá garantir uma melhor coerência do sistema e evitar um desperdício de dinheiro.*

**Transformar a Europol numa organização mais eficaz na luta contra o crime organizado**

*Apoiamos, também, o relatório sobre o aumento dos vencimentos de base, abonos e subsídios dos funcionários da Europol, em 5.2%, que propõe a rejeição da iniciativa. Se o Parlamento Europeu não é ouvido sobre o orçamento geral da Europol, não faz sentido que o seja sobre uma questão de pormenor. Concordo com o relator sobre a importância de se integrar o orçamento da Europol no orçamento comunitário"*.



**Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE**

# Teresa Almeida Garrett sobre a Convenção

*Ainda é cedo para saber como vai correr esta experiência da Convenção, como funcionará ou quais serão os frutos do seu trabalho.*

*O que está desde já à vista de todos é que desta vez serão políticos eleitos pelos cidadãos — representantes dos governos nacionais, deputados de cada Estado-membro e deputados europeus, e não apenas técnicos, peritos ou diplomatas — a propor aos seus Estados o resultado de um debate alargado, aberto e vivo sobre o futuro da União Europeia.*

*Verdadeiramente o que queremos fazer juntos, como queremos repartir responsabilidades e recursos com os outros povos europeus que comungam connosco a mesma civilização, os mesmos valores e ideais? A quem confiaremos as diferentes tarefas e quem avaliará e fiscalizará a sua acção em nosso nome? Afinal como participaremos, nós portugueses, na construção desse futuro comum?*

*A Convenção vai trabalhar de portas abertas, ouvirá*

## Reforma do Conselho

*Comentando a intervenção de Javier Solana, Secretário-Geral do Conselho, na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, sobre o relatório "Preparar o Conselho para o alargamento", Teresa Almeida Garrett afirmou: "Alguns dos temas de grande complexidade política acabados de referir pelo Senhor Solana precisam de uma revisão dos Tratados.*

*Seria, por isso, muito útil, que o Conselho apresentasse as suas posições à Convenção, a tempo de aí serem debatidas e, se for essa a opção dos seus membros, incorporadas nas propostas que a Convenção submeterá à CIG no próximo ano.*

*Mas creio que estamos todos de acordo que a maioria das reformas necessárias ao bom funcionamento do Conselho não são desse tipo e podem ser já implementadas desde que haja vontade política suficiente para o fazer.*

*A chamada deriva intergovernamental, na prática, retirou à Comissão e ao Parlamento Europeu parte dos poderes que são seus pelos Tratados, mas também subtraiu aos próprios Parlamentos Nacionais a possibilidade concreta de fiscalizarem de forma eficaz os seus Governos".*

*muita gente e muita organização, publicará debates, papéis, propostas, estará on line. Todos poderemos participar, influenciar decisões, deixar marcas.*

*Para cumprir o mandato de Laeken, a Convenção terá forçosamente de se debruçar sobre questões incómodas que até hoje não receberam respostas adequadas às expectativas dos cidadãos europeus. Matérias complexas, habitualmente discutidas apenas em círculos fechados, deverão ser transformadas em questões compreensíveis, que todos nós possamos avaliar e tomar partido.*

*É, por isso, um exercício tão aliciante como arriscado. É tempo de fazer escolhas e de lutar por elas. Os "outros" fá-lo-ão certamente.*

*E se o modelo de construção europeia que conhecemos hoje e que tem quase cinquenta anos trouxe paz e prosperidade, agora chegou a hora de o aperfeiçoar e de o adaptar para novos vãos.*

*Aumentar a visibilidade e a transparência da União Europeia ao mesmo tempo que reforçamos o seu peso político no mundo actual parecem ser as exigências mais prementes.*

*Mas o que fizemos a seis, a doze ou a quinze, poderá ser feito a vinte e sete ou a trinta? O passado não se repete. E o que os Países do leste europeu esperam hoje de nós, depois do desaparecimento dos muros que tragicamente nos dividiram, é uma Europa forte, capaz de tomar decisões.*

*Temos, por isso, que encontrar em conjunto soluções para as exigências desta nova Europa: maior democratização e transparência, fortalecimento político, simplificação e eficácia decisória, reforço da coesão económica e social.*

*Nós, portugueses, que desde sempre fomos dos mais europeus mesmo quando sonhávamos com outros mundos, e nos mestiçávamos com outras civilizações, não tivemos dificuldades de identificação com o projecto europeu.*

*A nossa aprendizagem democrática coincidiu com a entrada na Comunidade Europeia e às vezes pareceu até ter sido de fora e por causa dela que muitas das nossas opções mais avançadas e certas foram sendo tomadas.*

*Estou certa que continua a não nos faltar nem desígnios nem ambição.*

*Neste momento histórico precisamos, como de pão para a boca, de uma atitude de combate, quer na frente interna, quer na frente externa.*

*Chegou o momento e a oportunidade para nos afirmarmos como uma sociedade autónoma, plural e activa de cidadãos, portugueses e europeus, que têm uma palavra a dizer sobre a construção do seu futuro, e que exigem do seu Estado uma postura mais competitiva e com uma maior capacidade estratégica na frente europeia.*

# Moreira da Silva sobre a Conferência de Joanesburgo

O Deputado Jorge Moreira da Silva, defendeu, em Estrasburgo, que não podemos permitir que "a Conferência de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável seja apenas um evento para assinalar e festejar os dez anos da Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro. Há, aliás, muito pouco para celebrar, dado que, nestes dez anos, os sinais de insustentabilidade se agravaram. Do agravamento do aquecimento global à diminuição da camada de ozono. Da insegurança alimentar à crescente resistência aos antibióticos. Da proliferação dos produtos químicos, especialmente os organicamente persistentes, ao empobrecimento da biodiversidade. Da acumulação de resíduos industriais à congestão da vida nas cidades. Sem esquecer obviamente a pobreza e a exclusão social. Por isso espero que a Conferência de Joanesburgo

## Vencer na Economia do Carbono

Jorge Moreira da Silva organizou, em Lisboa, um pequeno-almoço de trabalho designado por "Vencer na Economia do carbono" com cerca de 50 representantes de associações empresariais, de organizações de defesa do ambiente, de organismos públicos da área do ambiente e da energia, de centros de investigação, assim como editores de ambiente, energia e economia com o objectivo de debater o seu Relatório sobre a Directiva do Comércio de Emissões.

Esta reunião segue-se a uma outra promovida, no mês de Abril, em Bruxelas, e na qual participaram cerca de 300 representantes de ONGs e de empresas europeias.

## Situação na Indonésia: Carlos Coelho apela ao espírito de tolerância

O Deputado Carlos Coelho manifestou preocupação "com a continuada expressão de fenómenos de violência contra populações civis indefesas em nome de disputas regionais ou religiosas.

Deploramos, acrescentou Carlos Coelho, a incitação à chacina de cristãos por dirigentes mulçumanos radicais e oferecemos o exemplo de tolerância e espírito democrático que nos é proporcionado por Timor-Leste: Num território em que mais de

cumpra os seguintes objectivos:

1º - assinale a entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Para isso é fundamental que alguns países acelerem a sua ratificação, nomeadamente, a Rússia, o Japão, o Canadá e a Austrália.

2º - crie as condições políticas para que os Estados Unidos regressem ao esforço comum e abandonem a sua postura isolacionista nos domínios do ambiente.

3º - lance um greening da economia mundial. Para isso é fundamental que se internalizem, na economia, os custos ambientais e se defina um novo modelo de produção e de consumo, que permita dissociar o crescimento económico e o bem-estar social da utilização intensiva de recursos.

4º - estabeleça metodologias de regulação da globalização. Precisamos de respostas comuns para problemas globais. Esperam-se novos Protocolos internacionais e novas instituições, em domínios do ambiente, como, por exemplo, uma Carta Internacional da Água e a Organização Mundial do Ambiente.

5º - dê um impulso à boa Governança internacional e à reforma das instituições nacionais e internacionais. Não é possível criar uma internet da sustentabilidade se os nós dessa rede padecem de obsolescência.

6º - defina um conjunto internacional de indicadores de Desenvolvimento Sustentável que permitam avaliar a performance social e ambiental de todos os Estados. Dessa forma, o critério de desenvolvimento deixará de ser, em exclusivo, o crescimento do PIB".

95% da população se identifica com a Igreja católica o actual Primeiro Ministro é, sem qualquer problema e após eleições democráticas, um muçulmano.

Apreciamos as iniciativas da Presidente indonésia relativamente à normalização das relações com Timor-Leste e com Portugal e não passou em claro o gesto simbólico da sua presença na inauguração do último evento cultural realizado na Indonésia com o apoio da Embaixada de Portugal".

Carlos Coelho apelou ao Governo Indonésio "para prosseguir as acções que permitam proteger as populações e identificar e punir os responsáveis pelas violações dos direitos do Homem e exortou a Comissão de Direitos do Homem da ONU a não persistir num inexplicável silêncio face ao que se passa na Indonésia".



## Moreira da Silva promove Intergrupo sobre o nuclear

Em conferência de imprensa, realizada em Estrasburgo, foi proposta por cinco Deputados europeus, entre os quais o social-democrata **Jorge Moreira da Silva**, a criação de um Intergrupo sobre a Energia Nuclear designado por "NCE - Nuclear Concerns Europe".

Este Intergrupo, cuja participação será aberta a todos os Deputados europeus, tem por objectivo contribuir para a resolução de alguns problemas relacionados com a energia nuclear como, por exemplo, o armazenamento e gestão dos resíduos nucleares, o risco de contaminação radioactiva, a reformulação do Tratado EURATOM, a obsolescência das tecnologias nucleares nos Países do Alargamento, a deficiente "performance" de segurança das centrais mais antigas na União Europeia e o custo da energia nuclear.

Na conferência de imprensa, o Deputado Jorge Moreira da Silva, Relator do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas, **criticou as recentes declarações da Comissária da Energia, Loyola de Palácio**, nas quais se afirmava que a energia nuclear não emite gases com efeito de estufa e que, por essa razão, só o aumento da capacidade de produção, na União Europeia, de energia nuclear permitirá o cumprimento do Protocolo de Quioto.

Jorge Moreira da Silva afirmou que *"sendo falso que seja necessário mais energia nuclear na UE para cumprir o Protocolo de Quioto, a invocação deste argumento é grave dado que procura, pela primeira vez, legitimar a energia nuclear com argumentos ambientais"*.

Jorge Moreira da Silva suportou esta declaração com base em estimativas oficiais da própria Comissão Europeia: *"a meta atribuída à UE em Quioto é a de - 8%, o que significa que, até 2012, teremos de reduzir em 340 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, as nossas emissões relativamente ao nível 1990. Ora, o Programa Europeu para as Alterações Climáticas identificou 40 medidas capazes de reduzir em 765 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> as emissões na UE, para o mesmo período de tempo previsto em Quioto. Isto é, existe um potencial, economicamente eficiente (dado que estas medidas têm um custo inferior a 20 euros por tonelada de CO<sub>2</sub>), de redução das emissões, na União Europeia, duas vezes superior àquilo que precisamos para cumprir Quioto. Obviamente, nenhuma destas 40 medidas inclui a energia nuclear"*.

Jorge Moreira da Silva afirmou, por outro lado, que *"a energia nuclear será sempre a forma mais cara de cumprir Quioto"*. É que, segundo o Deputado social-democrata, *"a energia nuclear não poderá ficar, para sempre, imune a este movimento de greening da economia iniciado com o Protocolo de Quioto. Um dia haverá lugar à internalização, no preço da electricidade, dos custos ambientais associados à energia nuclear, como a gestão de resíduos e o risco de contaminação radioactiva"*.

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

### Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

JPiscarreta@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551